



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

CORREGEDORIA-GERAL

RELATÓRIO – 2º SEMESTRE DE 2017
PATC (PROJETO AUXILIAR DE TUTELA COLETIVA)

Exmo. Sr. Corregedor-Geral do Ministério Público,

Em atenção ao disposto no artigo 5º, inciso I, alínea c do ATO CONJUNTO PGJ/CGMP nº 001/2015, apresentamos a Vossa Excelência o **relatório semestral** do PATC – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído em março de 2015, por ato Conjunto do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, tem como objetivos normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais (em atraso) das Promotorias de Justiça com atribuição na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, além de possibilitar aos Promotores de Justiça Substituto um primeiro contato com a matéria.

No 2º Semestre de 2017, foram finalizados os atendimentos aos seguintes órgãos de execução: a) 28ª Promotoria de Justiça da Capital (2ª remessa de procedimentos); b) Promotoria de Justiça de Colmeia-TO (2ª remessa de procedimentos); c) 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis-TO; d) Promotoria de Justiça de Araguacema-TO.

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento de **401 (quatrocentos e um) procedimentos extrajudiciais**, que já foram encaminhados à origem para o cumprimento das diligências determinadas.

Segue discriminação detalhada dos trabalhos realizados nas 04 (quatro) Promotorias de Justiça:

28ª Promotoria de Justiça da Capital

O auxílio à 28ª Promotoria de Justiça da Capital iniciou-se efetivamente no primeiro semestre de 2017, quando foram impulsionados 100 (cem) procedimentos extrajudiciais (já contabilizados).

No segundo semestre de 2017, a unidade encaminhou mais 21 (vinte e um) procedimentos extrajudiciais (2ª remessa), os quais foram devidamente analisados, impulsionados e devolvidos à origem, com as seguintes providências adotadas, finalizando-se o auxílio:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	0	9	9
Despacho	0	2	2
Declínio de Atribuições	0	2	2
Inquérito Civil	0	7	7
Procedimento Investigatório Criminal	0	1	1
TOTAL			21

Promotoria de Justiça de Colmeia-TO

Dando continuidade ao auxílio à Promotoria de Justiça de Colmeia-TO (que teve início ainda no ano de 2016), a equipe do Projeto Auxiliar de Tutela coletiva impulsionou 204 (duzentos e quatro) procedimentos extrajudiciais.

Após a adoção das providências retratadas no quadro abaixo (finalizada em novembro de 2017), os procedimentos foram devolvidos à origem:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	12	14	26
Despacho	18	5	23
Declínio de Atribuições	4	0	4
Inquérito Civil	79	47	126
Procedimento Administrativo	22	1	23
Procedimento Investigatório Criminal	0	2	2
TOTAL			204

2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis-TO

O Promotor de Justiça Luiz Francisco de Oliveira, que respondia pela unidade de execução à época, encaminhou à Corregedoria-Geral, em 31 de julho de 2017, solicitação de inclusão da 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis-TO no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

Após inspeção realizada no início do mês de agosto de 2017, ocasião em que se constatou a necessidade do auxílio, o pedido foi deferido, determinando-se a remessa de todos os procedimentos extrajudiciais em trâmite na unidade de execução que demandavam impulsionamento, exceto aqueles de natureza urgente.

A análise foi finalizada em outubro de 2017 e a tabela abaixo retrata as providências adotadas:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	8	18	26
Despacho	2	25	27
Declínio de Atribuições	1	1	2
Inquérito Civil	7	32	39
Procedimento Preparatório	0	1	1
Procedimento Administrativo	19	6	25
TOTAL			120

Promotoria de Justiça de Araguacema-TO

O Promotor de Justiça Guilherme Goseling Araújo, que respondia pela unidade de execução à época, encaminhou à Corregedoria-Geral, em 2 de maio de 2017, a relação de procedimentos extrajudiciais em trâmite na Promotoria de Justiça de Araguacema-TO, para fins de inclusão no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva.

Inspecionada no mês de fevereiro de 2016, a unidade de execução já apresentava demanda que justificava o auxílio, o que motivou o deferimento do pedido em 5 de maio de 2017 e, na sequência, foram encaminhados 56 (cinquenta e seis) procedimentos extrajudiciais.

Após análise, finalizada em novembro de 2017, foram adotadas as providências descritas na tabela abaixo e os procedimentos foram devolvidos à origem para cumprimento das diligências:

PROVIDÊNCIAS	CGMP	PROMOTORES SUBSTITUTOS	TOTAL DE MANIFESTAÇÕES
Arquivamento	1	12	13
Despacho	6	9	15
Declínio de Atribuições	1	0	1
Inquérito Civil	1	16	17
Procedimento Preparatório	0	1	1
Procedimento Administrativo	5	2	7
Procedimento Investigatório Criminal	0	2	2
TOTAL			56

Unidade em atendimento atualmente

Atualmente está sendo atendida pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva a 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO, que solicitou auxílio específico para viabilizar o impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais instaurados para apurar atos de improbidade administrativa, atribuídos a agentes públicos cujo exercício do mandato terminou no mês de dezembro de 2012, visando, assim, evitar a ocorrência da prescrição (a ocorrer ao final do mês de dezembro de 2017), na esteira da **Recomendação nº 04/2017/CGMP**.

É certo ainda que novas unidades serão atendidas no primeiro semestre de 2018, as quais serão selecionadas de acordo com a necessidade e com os critérios estabelecidos pelo Ato Conjunto/PGJ/CGMP nº 01/2015.

CONCLUSÃO

Essas são, em suma, as atividades desenvolvidas pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva no **período de julho a dezembro de 2017**.

Vale consignar que, desde sua implantação (ano de 2015), o Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva impulsionou 1784 (hum mil setecentos e oitenta e quatro) procedimentos extrajudiciais.

É o relatório que submetemos à apreciação do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Palmas, 06 de dezembro de 2017.

Pedro Evandro de Vicente Rufato

Promotor de Justiça Corregedor
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva

Octahydes Ballan Junior

Promotor de Justiça Corregedor
Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva